

REGIME DE INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E PARA ATENDIMENTO À AVALIAÇÃO DA CAPES¹

SISTEMA DE INFORMACIÓN: CONTRIBUCIONES PARA IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE DESARROLLO INSTITUCIONAL DE POSTGRADO STRICTU SENSU Y PARA ATENDIMIENTO A LA EVALUACIÓN DE CAPES

Rosângela Ramsdorf Zanetti – rzanetti@uel.br

Mestre em Gestão da Informação pela Universidade Estadual de Londrina/PR (2012)

Terezinha Elisabeth da Silva - terezinha.elisabeth.silva@gmail.com

Doutora em Múltiplos Meios pela Universidade de Campinas/SP

Professora adjunta aposentada da Universidade Estadual de Londrina.

Analista Legislativo da Câmara dos Deputados

RESUMO

Introdução: A avaliação dos programas de pós-graduação, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) há mais de 35 anos, com base em informações coletadas junto aos próprios programas, constitui-se em uma importante política governamental para impulsionar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil.

Objetivo: identificar e analisar o regime de informação adotado no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, assim como os elementos que os compõem, visando a melhoria do processo de informação da Capes e subsídios para o planejamento de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação, da produção científica e tecnológica em âmbito institucional.

Metodologia: A pesquisa de natureza aplicada utilizou como estratégia de investigação qualitativa um roteiro de entrevista, junto aos coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, que permitiu identificar e caracterizar o regime de informação presente no processo de avaliação, seus elementos, bem como as possíveis interferências para o desenvolvimento dos

programas nesse contexto.

Resultados: O regime de informação no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL é caracterizado da seguinte forma: “Atores” que interagem entre si, utilizando-se de “recursos” para busca e tratamento das informações necessárias ao processo de avaliação e que, por meio de “canais”, disseminam os produtos e resultados que, por sua vez, geram “mensagens” diversas, com diferentes níveis de compreensão e de atuação.

Conclusões: Apresentam subsídios e reflexões para gestores acadêmicos e administrativos para uma melhor gestão da informação, para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento dos programas e das atividades de pós-graduação *stricto sensu* e para o processo de avaliação da Capes.

Palavras-chave: Regime de informação. Política da informação. Avaliação da Capes. Programa de pós-graduação *stricto sensu*. Universidade Estadual de Londrina.

¹ Resultado parcial de dissertação de mestrado, defendida em 2012.

1 INTRODUÇÃO

A informação sempre esteve presente no cotidiano das pessoas e da sociedade nas mais variadas culturas. Nas últimas décadas do século XVIII, em razão do advento da Revolução Industrial adquiriu uma nova concepção, mas, somente em meados do século XX é que a informação pode ser considerada como o grande fenômeno da contemporaneidade e utilizada para diversos fins. No entanto, a ausência na precisão de seu conceito é um dos grandes problemas e se torna necessário pensar e definir o que é informação, principalmente no âmbito da política de informação (SILVA; PINHEIRO, 2011).

Assim como a informação, a política de informação é resultante de fenômenos socioculturais, exercidos pela sociedade e, de um modo geral, com a ideia de controle. Vários estudos no campo da Ciência da Informação referem-se às políticas de informação às ações do Estado para subsidiar decisões governamentais.

A avaliação dos programas de pós-graduação, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) há mais de 35 anos, com base em informações coletadas junto aos próprios programas, constitui-se em uma importante política governamental para impulsionar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil.

Dadas suas características, o processo de avaliação dos programas de pós-graduação pode ser considerado amplo e complexo e envolve vários elementos: atores sociais, recursos e canais informacionais, além de ações provenientes dos procedimentos utilizados. Esses elementos, na concepção de González de Gómez (1999), conformam e

compõem os regimes de informação, conseqüentemente, as políticas de informação e as políticas públicas, sendo a informação o motivo condutor destes temas e o fator determinante para a organização e para as relações que se estabelecem no contexto da atual Sociedade da Informação.

Diante disso, propôs-se como questão problema para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado o estudo da conformação do regime de informação, adotado nos programas *stricto sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL), para atendimento às exigências da Capes, assim como a identificação de possíveis interferências no desenvolvimento do processo.

Este trabalho visa demonstrar os resultados da dissertação “Os Programas *Stricto Sensu* da UEL na perspectiva do Regime de Informação: contribuições para o processo de avaliação”, apresentada em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (Mestrado Profissional). A pesquisa buscou identificar e analisar o regime de informação adotado no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, assim como os elementos que os compõem, visando a melhoria do processo de informação da Capes e subsídios para o planejamento de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação, da produção científica e tecnológica em âmbito institucional.

2 O REGIME DE INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O fenômeno “informação” pode ser considerado como o fator determinante na forma como os segmentos da atual sociedade, denominada Sociedade da Informação, se organizam e se inter-relacionam. Para uma efetiva utilização da informação é necessário o estabelecimento de regras para que os segmentos envolvidos administrem os recursos disponíveis de forma harmônica e atendam as necessidades dos seus usuários.

Pode-se dizer que, em diferentes contextos, as sociedades adotam regimes de informação por meio dos quais organizam a produção material e documental e, ao mesmo tempo, determinam a dinâmica das relações sociais.

Para maior clareza do estudo é relevante destacar o conceito de regime de informação que González de Gómez (2002, p. 34) elaborou a partir do conceito de Frohmann (1995), por sua vez, apoiado na concepção de Foucault:

Um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Dessa forma, o conceito de regime de informação pode ser designado para o local das relações de informação no espaço público e para as diferentes formas de organização, produção e utilização da informação, ou seja, são as regras do uso da informação em determinada sociedade e em um determinado contexto.

De acordo com Silva e Tomaél (2009), é fato que no conceito de política de informação, elaborado por González de Gómez, ainda persiste a ideia quase que exclusiva do Estado como responsável pela formulação dos marcos regulatórios, direcionando e impondo políticas, principalmente às políticas públicas. “[...] em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação.” (SILVA; TOMAÉL, 2009, p. 18).

Portanto, não se pode desconsiderar a forte relação entre regime de informação e política de informação, sendo a informação a base condutora e fator determinante para a organização e para as relações no contexto da atual sociedade.

Os elementos “Atores”, “Recursos”, “Canais” e “Mensagens” se constituem no que González de Gómez (1999, 2002, 2003) enfoca em seus textos como componentes do regime de informação. Vários autores têm conceituado esses elementos, em diferentes momentos e diferentes contextos, mas destacamos os utilizados por González de Gómez por questões de aproximação de linguagem.

Assim, na concepção de González de Gómez (1999, 2002) e González de Gómez e Chicanel (2008):

Atores: são sujeitos; instituições; autoridades informacionais, grupos; médicos e pacientes (área da saúde); clientela; produtores; organizações; receptores; usuários específicos; públicos amplos; empresa; universidades; domicílios; associações; atores comunitários; coletivos profissionais; agências governamentais.

Recursos: são regras, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, distintas maneira de produzir, processar, selecionar e distribuir informação, arranjos organizacionais, bases de dados, acervos documentais textuais.

Canais: são caracterizados por conversas informais, TV, jornais, internet, discursos.

Mensagens: são emissores e receptores (internet, jornais, conversas informais, meios e recursos de informação), diálogo, produtores, usuários.

3 A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA CAPES

A temática avaliação tem sido ponto de pauta nas discussões governamentais e é utilizada para estabelecimento de políticas públicas, principalmente nas agências de fomento para definir liberação de recursos. Avaliar as universidades e as atividades por elas desenvolvidas é um tema de constante debate e que envolve atores (gestores, docentes, discentes, técnicos, parceiros, entre outros) e agentes externos do Governo e da sociedade civil. Pesquisadores de todas as áreas de conhecimento têm se dedicado ao estudo de uma série de temas que compõem essa complexa tarefa.

A Capes, além de ser uma agência de fomento (responde por mais de 50% das bolsas de mestrado e doutorado no Brasil), é também um órgão de avaliação, não só de seu fomento, mas também serve, inclusive, de referência para outras agências como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e para as próprias instituições de ensino superior. Essa “relação virtuosa” e exitosa entre esses dois mecanismos, avaliação e fomento, são garantidas pela tradição brasileira da avaliação dos cursos de pós-graduação, iniciada em 1976, e que é vista, pela maior parte dos especialistas, como o fator que atribui qualidade internacional na educação brasileira, por meio da pós-graduação *stricto sensu* (BARRIGA, 2003; RIBEIRO, 2011).

E é por essas características e por se tratar de uma das mais importantes políticas públicas no campo da educação superior, que o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira, proposto pela Capes, especificamente o processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, será foco também desta pesquisa.

4 A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UEL

A pós-graduação *stricto sensu* da UEL é acompanhada e avaliada permanentemente pela política de avaliação da Capes que, apesar de ser reconhecida nacional e internacionalmente, não pode ser tratada como um “[...] caso isolado de um sistema que, de modo geral, não é transferido para outras instâncias das instituições universitárias.” (DIAS; IDA, 2001, p. 76).

Ainda segundo Dias e Ida (2001), não são trabalhados instrumentos e indicadores institucionais que permitam análises mais profundas sobre a evolução histórica do desenvolvimento da instituição e de suas atividades. Essa situação não é característica apenas na UEL, mas, de quase todas as IES públicas do País, o que tem dificultado a gestão de modo planejado, com acompanhamento e avaliação do impacto das medidas tomadas em âmbito institucional, seja pelas instâncias acadêmicas ou administrativas.

Uma maneira de superar essa situação e aprofundar o conhecimento da evolução da Instituição nos itens referentes à pesquisa e à pós-graduação seria definir indicadores estratégicos institucionais, com base em documentos externos validados, para a gestão do desenvolvimento humano, científico e tecnológico da UEL, além de estabelecer mecanismos de acompanhamento do fluxo das informações e do processo de avaliação, coordenado pela Capes.

No contexto específico desta pesquisa, que toma por base o processo de avaliação da Capes, realizada por meio da coleta de dados e informações, o tratamento e a gestão da informação devem ser assimilados por todos os envolvidos em âmbito institucional (corpo discente, corpo docente, corpo técnico, gestores acadêmicos e administrativos) como um processo sistêmico e deve contribuir para a efetivação de estratégias e ações, com vistas ao atendimento individual, coletivo ou organizacional.

Observando os resultados dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL atribuídos pela Capes nas três últimas avaliações trienais (período de 2001 a 2009), verifica-se que o desempenho da pós-graduação não tem acompanhado a evolução numérica desses cursos. Alguns programas iniciados nas décadas de 1980 e 1990, ou até mesmo antes (década de 1970), mantêm conceitos 3 ou 4 e alguns tiveram conceitos rebaixados no decorrer desse período.

Vários fatores podem interferir nessa situação e precisam ser analisados criteriosamente e individualmente, por programa, uma vez que essa avaliação tem como principal base a coleta de dados que, anualmente, é fornecida pelos programas, relativa a seu desempenho. São dados detalhados que constituem o referencial para análises das Comissões de Área e para atribuição dos conceitos, atendendo aos critérios de qualidade dos programas.

Ressalta-se que todos os programas ofertados até 2011 passaram pelo processo de acompanhamento e/ou avaliação da Capes e que, a partir de seus resultados, os gestores institucionais, sejam coordenadores de programas ou coordenadores de

colegiados, pró-reitores ou diretores administrativos têm realizado ações para detectar falhas e propor políticas direcionadas no sentido de aumentar a qualidade dos Programas oferecidos.

Oportuno dizer que estudos mais detalhados, com base nos diferentes indicadores ou aspectos em que cada programa tem encontrado maiores dificuldades para sua melhoria ou aqueles que possam ser potencializados, devem ser realizados, a partir de uma análise mais qualitativa dos dados inseridos no aplicativo Coleta de Dados Capes e que devem corroborar este estudo.

Um relatório de autoavaliação institucional, apresentado pela CPA/UEL à Comunidade Universitária em março de 2011, define uma proposta de Plano de Ações para a Universidade e aponta questões importantes para o desenvolvimento e o planejamento institucional em todas as áreas de atuação da Universidade. No que se refere à pós-graduação destacamos algumas diretrizes, propostas no Plano de Ações, constantes do Relatório da CPA/UEL:

[...] estabelecimento de política institucional de pós-graduação com base nos resultados de fóruns internos para criação, expansão, manutenção, integração com as demais atividades acadêmicas, avaliação e qualidade, fluxo e tramitação de processos, entre outras. [...] necessidade de estabelecer uma política institucional de avaliação de cursos e programas de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2011, p. 7).

Essas diretrizes estão em consonância com os objetivos desta pesquisa na medida em que se pretende identificar e analisar o regime de informação presente no processo de avaliação da pós-graduação, bem como os elementos que o compõem, sobretudo na percepção dos gestores acadêmicos, em especial, os coordenadores de programas, e refletir acerca da dinâmica do processo informacional e político do sistema de avaliação proposto pela Capes no contexto institucional.

Neste sentido os resultados da pesquisa poderão subsidiar, por meio da identificação dos elementos do regime de informação, aspectos fundamentais para a melhoria no acompanhamento do fluxo de informações e do processo de avaliação.

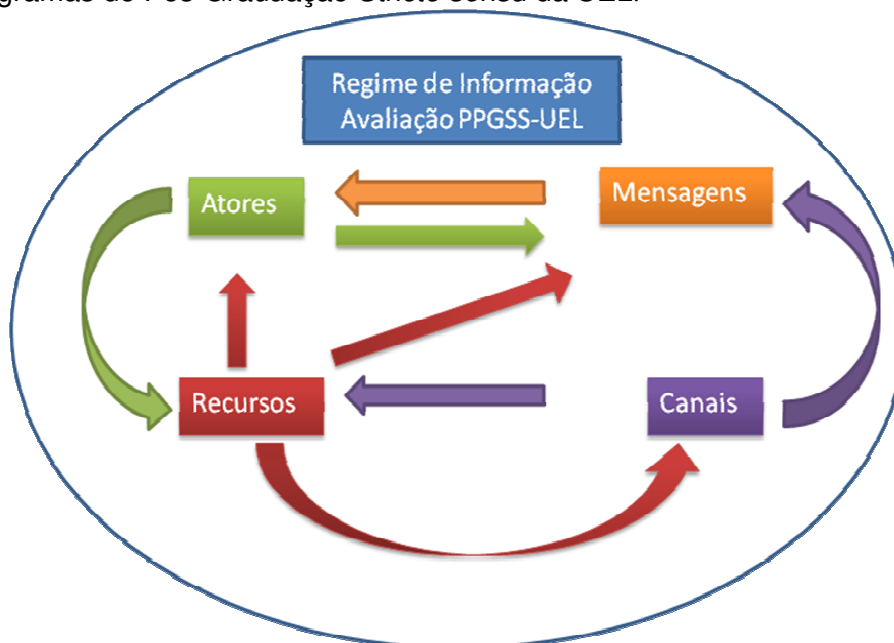
5 RESULTADOS DA PESQUISA

A partir da sistematização e análise das entrevistas pôde-se identificar a conformação do Regime de Informação presente no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

Ressalta-se que a conformação do regime de informação identificado no contexto desse processo na UEL e representado graficamente na Figura 1, reflete-se em todos os programas. No entanto, pode apresentar características diferenciadas, dependendo da condição e atuação de cada programa, das dinâmicas sociais e variações tecnológicas que ocorrem, além da resposta e das ações diferenciadas de cada conjunto de atores. Fato absolutamente normal, pois como argumentado por González de Gómez (2002; 2003), em cada formação social é instituído um regime de informação característico.

Assim, no regime de informação quando são descritas as instituições e os sujeitos envolvidos no processo, retratam-se os **atores**; quando se apresentam as ferramentas tecnológicas e os acervos documentais para busca e tratamento dos dados e das informações, está se referindo a **recursos**; quando se reporta aos meios utilizados para a disseminação das informações, trata-se de **canais** e, quando são traduzidos os efeitos, os propósitos, o significado da informação resultante do processo, reporta-se a **mensagens**. Além disso, demonstra também as mútuas relações e influências entre eles.

Figura 1 – Representação Gráfica do Regime de Informação do Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.



Fonte: Elaborada pelas autoras (2012).

O Regime de Informação no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL é caracterizado da seguinte forma: “Atores” que interagem entre si, utilizando-se de “recursos” para busca e tratamento das informações necessárias ao processo de avaliação e que, por meio de “canais”, disseminam os produtos e resultados que, por sua vez, geram “mensagens” diversas, com diferentes níveis de compreensão e de atuação.

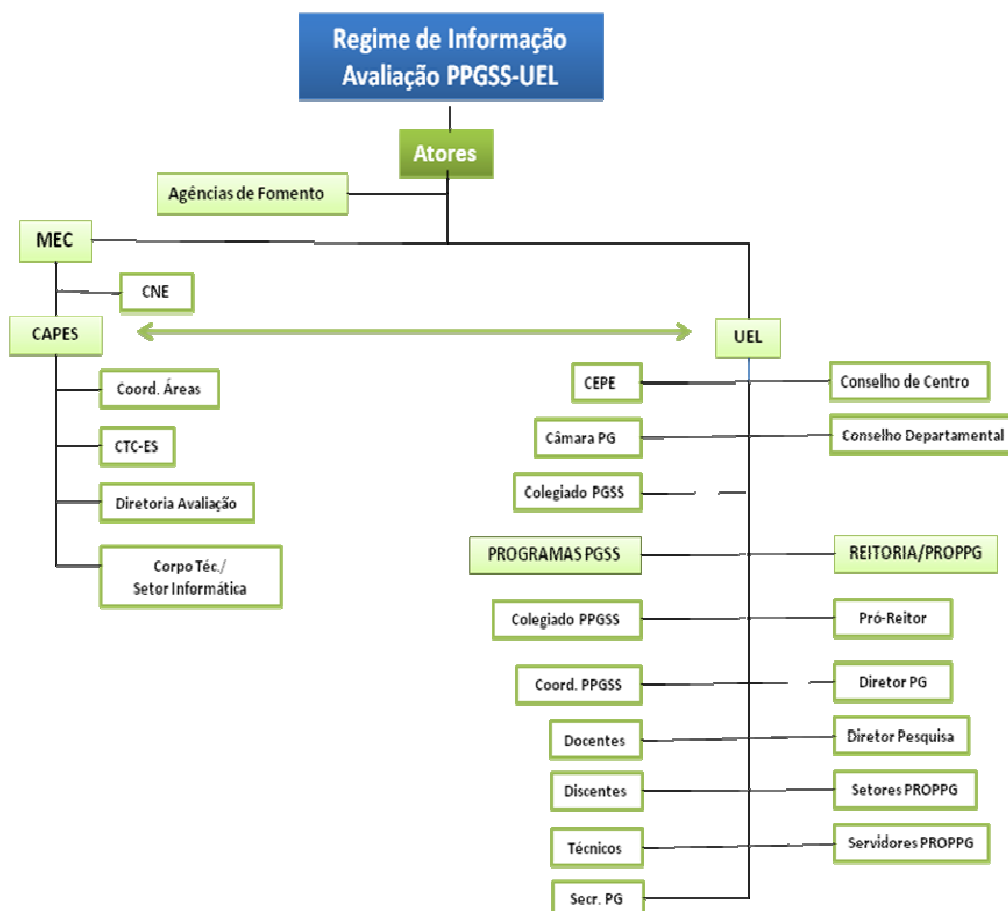
Como informado anteriormente, essa configuração está presente em todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* no contexto da Instituição, no entanto, as categorizações dos elementos, por vezes, apresentam-se diferenciadas na percepção de cada coordenador, dada a atuação e interação que se estabelecem entre os elementos, em cada programa individualmente.

Assim, pode-se dizer que essas categorizações não retratadas pelos coordenadores é o que poderia ser denominado como os “gaps” do processo. Ou seja, as lacunas que podem estar interferindo no desenvolvimento dos programas e na melhoria dos seus conceitos.

A partir do conceito de Regime de Informação realizou-se também o mapeamento e a identificação/categorização de cada um dos seus elementos (atores, recursos, canais e mensagens), representados pelas Figuras 2, 3, 4 e 5.

- **Atores**

Figura 2 – Atores do Regime de Informação presentes no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.



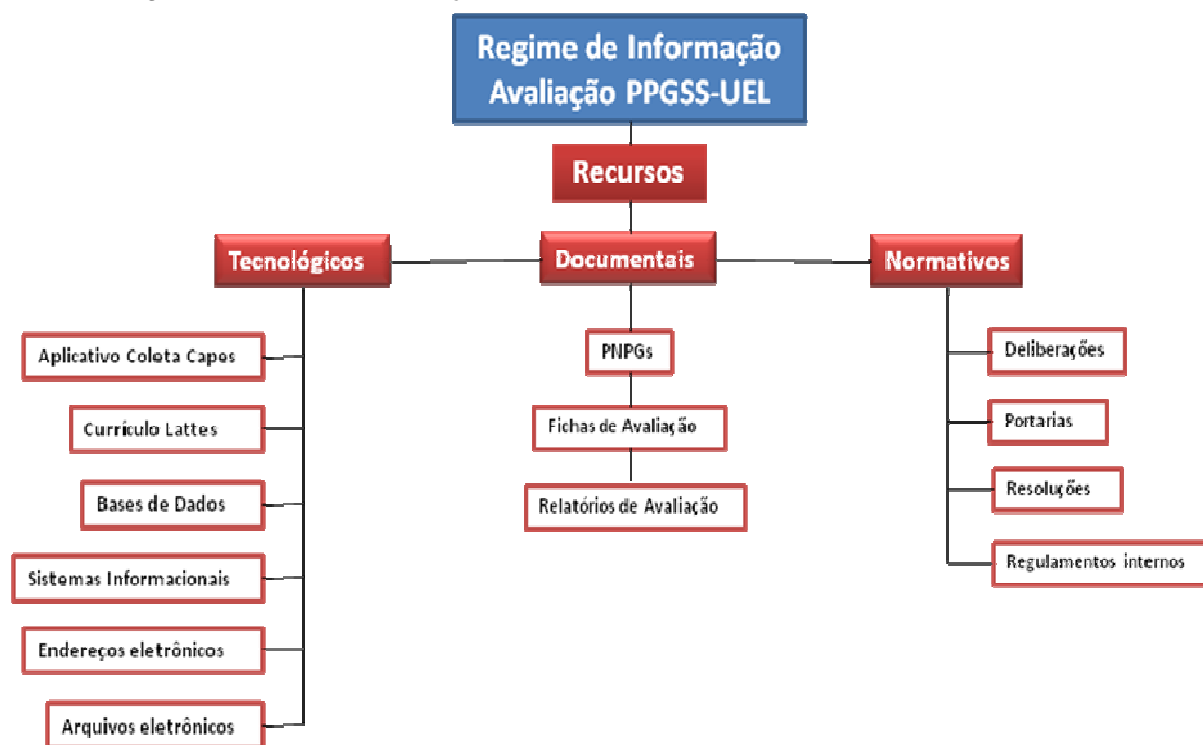
Fonte: Elaborada pelas autoras (2012).

Os atores identificados no processo correspondem às instituições, aos organismos, às agências, aos departamentos e aos sujeitos envolvidos, enfim as identificações nas quais se estabelecem relações pessoais e organizacionais no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, coordenado pela Capes. Há, fundamentalmente, **atores externos**, organismos e setores vinculados ao MEC e à Capes, responsáveis pela coordenação do processo de avaliação, e **atores internos**, ou seja, órgãos, setores e sujeitos envolvidos no processo de avaliação no contexto da UEL. Nestes contextos se configuram regimes de informação específicos, por meio da relação

entre os atores, imbuídos de princípios, normas, diretrizes e operacionalizados por diversos organismos/setores, acordos e procedimentos.

- **Recursos**

Figura 3 – Recursos do Regime de Informação presentes no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.



Fonte: Elaborada pelas autoras (2012).

No que se refere a recursos, foram identificados três tipos: **tecnológicos**, **documentais** e **normativos**, que compreendem as ferramentas tecnológicas e os acervos documentais para a busca e o tratamento dos dados e das informações. Esses recursos subsidiam o processo e podem advir tanto do ambiente interno, quanto do ambiente externo à Instituição, incluindo os atos normativos que regem o processo. Cada categoria de recursos, por sua vez, foi subdividida em itens, de acordo com as ocorrências apresentadas.

• **Canais**

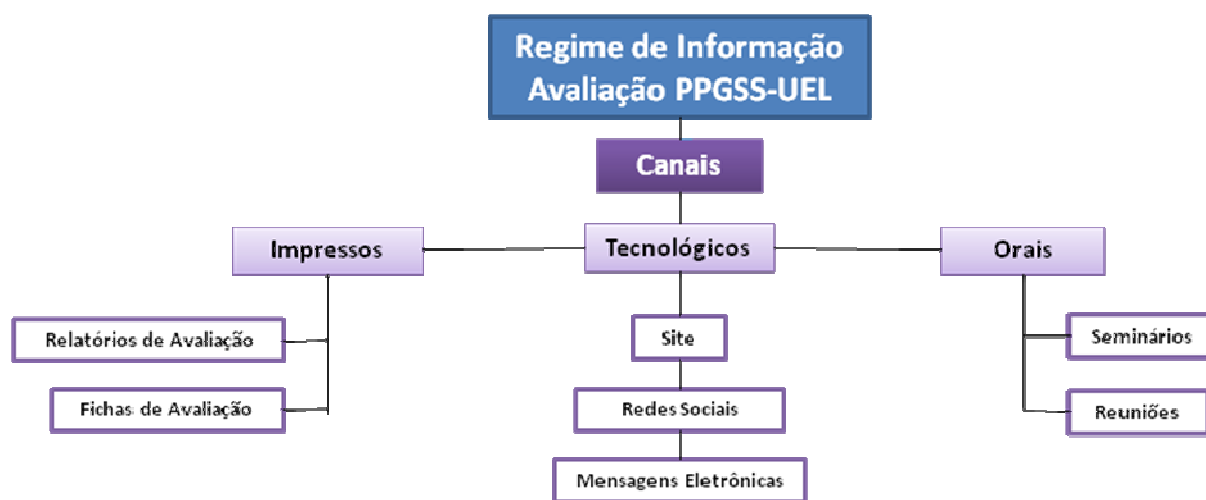


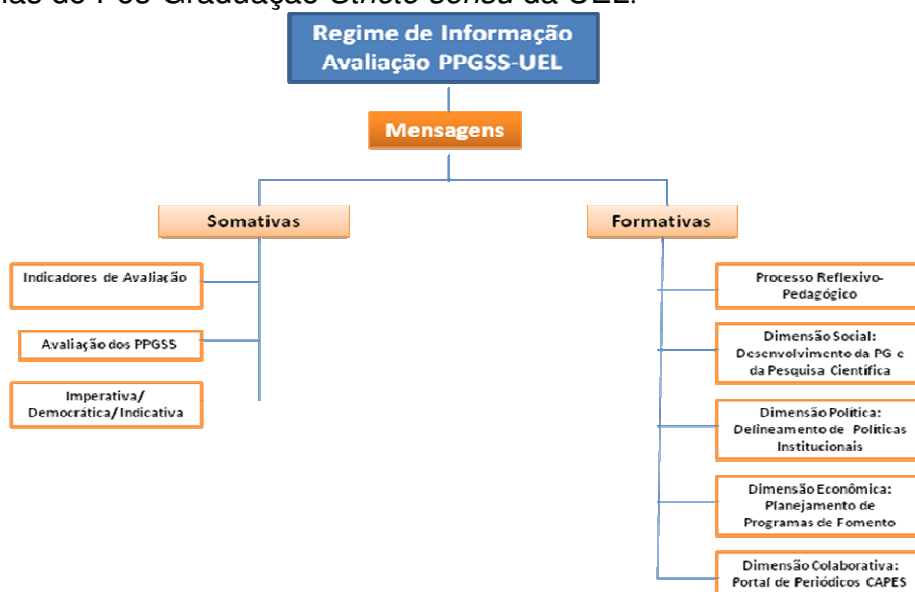
Figura 4 – Canais do Regime de Informação presentes no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2012).

Os Canais são os meios utilizados para a disseminação de forma a obter não só *feedback*, mas, também, para se obter o reconhecimento e a valorização pelos pares e ainda para manter a memória, a difusão e a transparência das informações ou dos resultados produzidos no processo de avaliação. Foram identificados três tipos de canais: **impressos**, **tecnológicos** e **orais**, subdivididos conforme as ocorrências apresentadas.

- Mensagens

Figura 5 – Mensagens do Regime de Informação presentes no Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL.



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2012.

Na análise das Mensagens, que se referem aos efeitos, às dimensões, aos propósitos, ao significado do processo de avaliação, propriamente dito, foram identificados dois tipos: **somativas e formativas**, de acordo com a ação/impacto que essas mensagens exercem, principalmente no contexto institucional.

Optou-se por essas categorizações tomando-se por base as principais funções de um processo de avaliação, que é o objeto da pesquisa. Assim, por analogia, as mensagens do regime de informação neste processo específico são consideradas somativas quando refletem um juízo global e de síntese, em face de objetivos previamente definidos, juízo de comparação e utilizadas como instrumento de classificação, de certificação.

Por outro lado, as mensagens são consideradas formativas quando podem orientar, fundamentar e melhorar as práticas, além disso, permitem acompanhamento, evolução, *feedback*, elaboração de políticas. Importante ressaltar que as mensagens somativas e formativas têm caráter de complementaridade e que não são, portanto, excludentes.

Do ponto de vista da Gestão da Informação, pode-se dizer que é neste elemento – mensagens – que reside o ponto nevrálgico no regime de informação do Processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL. É na eficiência da

gestão das informações advindas do processo que devem ser focadas as necessidades e expectativas dos atores e onde é necessário centrar os esforços para melhoria das práticas e para elaboração de políticas institucionais.

Observando todos os elementos presentes no regime de informação, demonstrados nas figuras acima e, se comparados aos elencados pelos coordenadores de programas da pós-graduação, observa-se que há necessidade de incluir novas categorias de atores que se tornam imprescindíveis para a gestão da informação e para a efetivação de políticas institucionais. São os gestores acadêmicos e administrativos que transcendem o âmbito dos programas, em qualquer nível: Departamento, Centro, Órgãos Colegiados Superiores ou Reitoria. Desta forma, acredita-se que esse processo de avaliação poderá ser efetivo e eficaz na Instituição.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Se os regimes de informação são modos de produção informacional dominantes numa formação social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), pressupõe-se, necessariamente, que abriguem em seu contexto, fontes de informação a serem disseminadas e que exerçam influência no contexto social no qual estão inseridos.

Desta forma, pode-se dizer que, tal como apresentado e configurado no Regime de Informação, o fluxo de informação desse processo ocorre por meio de canais, envolve produtores e receptores de informação, além de atores e estruturas específicas, produzindo diferentes compreensões e dinâmicas.

É possível afirmar ainda que a conformação do Regime de Informação identificado tem reflexos no processo de avaliação da Capes, à medida em que atende aos propósitos da agência avaliadora e financiadora, a própria Capes, ou seja, de avaliar qualitativa e quantitativamente, a partir de critérios e parâmetros nacionais os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

No entanto, percebe-se que a influência desses resultados, além da apresentação dos indicadores de qualidade dos programas no processo de avaliação, não têm se traduzido em políticas internas efetivas de gestão da informação, de autoavaliação e de planejamento para o desenvolvimento da pós-graduação em âmbito institucional.

No que se refere ao **fluxo informacional**, apesar de a Capes prover os coordenadores e as instituições de informações para o preenchimento dos dados

necessários ao processo de avaliação, há necessidade de se estreitar as relações entre os diversos segmentos do meio acadêmico, mais especificamente entre os coordenadores de programas, com vistas a ampliar a relação de “solidariedade” entre eles. Dentre as questões observadas que interferem no fluxo de informação, destacamos:

- necessidade de estabelecer uma “rede de cooperação” entre os atores envolvidos, visando o fortalecimento institucional, a socialização das experiências acadêmicas, a criação de uma identidade institucional e a proposta de um modelo de avaliação institucional;
- apoio de coordenadores mais experientes nas análises mais qualificadas dos relatórios dos programas com conceitos 3 ou que por duas ou três avaliações trienais, mantiveram ou abaixaram seus conceitos;
- disponibilidade de corpo técnico efetivo e com qualificação para funções de secretaria dos programas possibilitando a continuidade e a melhoria do processo de organização, busca e manutenção das informações necessárias ao Coleta Capes, como também à preservação da memória e do desenvolvimento dos programas;
- mudança de coordenação dos programas a cada dois ou três anos prejudica a manutenção de registros e memória do processo de avaliação e do programa como um todo, criando-se a sensação de recomeço a cada mudança de gestão;
- esvaziamento das reuniões, não só do colegiado, mas em todas as instâncias da Universidade, conseqüentemente da falta de participação efetiva prejudica a compreensão da informação e da vida dos programas e da Instituição.

Em relação às **condições institucionais**, embora haja esforços individuais e ações para melhorias em nível de colegiados, departamentos e Centros, prevalece a sensação de desvalorização interna aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, caracterizada pela ausência de alguns aspectos imprescindíveis para o reconhecimento da atividade como pauta nas políticas institucionais. Entre os aspectos levantados destacam-se:

- infraestrutura física, de equipamentos e de material adequada para a coordenação, secretaria e alunos, principalmente bolsistas dos programas;
- condições efetivas de trabalho para o pleno desenvolvimento de todas as atividades exigidas para a pós-graduação *stricto sensu*;

- corpo técnico especializado e com dedicação ao programa; mecanismos institucionais efetivos de acompanhamento dos programas (*memória, investimentos, produção científica*) e de avaliação docente (*carreira docente*);
- burocracia exagerada em procedimentos e trâmites de processos internos, acarretando muita demora e perda de recursos (*valorização dos meios e não dos fins*).

Já no que se refere especificamente à **gestão acadêmica e administrativa**, alguns pontos necessitam maior atenção, principalmente porque apontam para a necessidade de políticas institucionais mais claras e explícitas no contexto institucional. Ou seja, é fundamental que as discussões dos resultados da avaliação não fiquem somente no âmbito dos colegiados e dos departamentos, mas que sejam pauta nas discussões e deliberações dos órgãos colegiados superiores. As questões mais relevantes apontadas em relação a esse item são:

- ausência de políticas institucionais de desenvolvimento dos programas de pós-graduação na Instituição (*metas estabelecidas pelos colegiados durante acompanhamento anual não são atingidas por falta de maior apoio institucional ou de políticas institucionais*);
- desenvolvimento de um sistema que aglutine as informações sobre os recursos financeiros e que dê uma dimensão mais atualizada para o coordenador, assim como o acesso ao sistema para se realizar consultas, solicitações *on-line*, sem ter que se passar por trâmites burocráticos e por diversas pessoas.

Em relação às **políticas de divulgação e de disseminação dos programas**, observa-se que cada programa atua dentro das suas condições ou recorrem a serviços terceirizados, pois não terem pessoal qualificado, diretamente ligado ao programa. Para minimizar essas questões, foram apontadas as seguintes sugestões necessárias à eficácia dos programas e para a melhoria no desempenho:

- estabelecimento de políticas institucionais de informação financeira e de comunicação e de divulgação das atividades relacionadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*,

- mapeamento da realidade da pós-graduação na Instituição, demonstrando sua importância e impactos no contexto local, estadual e nacional, como estratégia importante para maior articulação com o Governo Estadual (SETI e Fundação Araucária) e para adequação às políticas de Governo;
- estudo aprofundado sobre os impactos das aposentadorias a curto e médio prazos, demonstrando o quanto interferirão na formação e continuidade dos programas;
- muito trabalho cartorial, burocrático dos ocupantes de cargos administrativos e acadêmicos, com pouco espaço para discussões de desenvolvimento, prejudicando o estabelecimento de políticas institucionais articuladas e integradas;
- ampliar interação entre a graduação, a pós-graduação, pesquisa e a extensão objetivando maior flexibilização e atividades conjuntas.

Ressalta-se que dentre os aspectos apontados como relevantes ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e que foram considerados como interferências para seu desenvolvimento no contexto institucional, os apresentados neste trabalho podem ser destacados como essenciais e norteadores para o estabelecimento de políticas e de ações institucionais, na percepção dos coordenadores.

A complexidade do regime de informação, caracterizado pelas relações híbridas entre os elementos que o compõem, constituiu-se objeto desta investigação no contexto do processo de avaliação da Capes, também considerado complexo no contexto das políticas públicas.

Neste contexto, tendo como foco as relações entre atores, pode-se dizer que “um regime de informação não possui transparência imediata, por nele residirem conflitos, vontade plurais e efeitos não desejados” (CARVALHO; PINHEIRO, 2008, p. 8). No entanto, ainda segundo as autoras, “um regime de informação é considerado maduro quando suas características são explícitas e aceitas por todas as partes envolvidas”.

Assim, espera-se que as contribuições aqui apresentadas, possam subsidiar reflexões e ações para uma melhor gestão das informações e dos resultados produzidos, assim como para a explicitação de normas e políticas, discutidas e construídas no coletivo institucional, visando aprimoramento e harmonia nas relações entre os atores envolvidos neste processo para que haja, principalmente, um maior desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL.

REFERÊNCIAS

BARRIGA, Angel Diaz. A avaliação no marco das políticas para a educação superior: desafios e perspectivas. In: SOBRINHO, Jose Dias; RISTOFF, Dilvo I. Ristoff (Org.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 77-95.

CARVALHO, Adriane Maria Arantes, PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Regime de informação em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

DIAS, Ivan Frederico Lupiano; IDA, Elza louko. Gestão do desenvolvimento e tecnológico na UEL. In: ALMEIDA, Marcio (Org.). **A universidade possível: experiências de gestão universitária**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001. p. 73-91.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actos network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Annals...** Edmonton, 1995. Disponível em: <<http://fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/selected%20papers.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélia; CHICANEL, Marize. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008, p. 1-14.

RIBEIRO, Renato Janine. **Para que serve a avaliação da Capes**. Disponível em: <[http://www.fmrp.usp.br/cpg/arquivos/Artigo_18_07_07\[1\].pdf](http://www.fmrp.usp.br/cpg/arquivos/Artigo_18_07_07[1].pdf)>. Acesso em: 8 out. 2011.

SILVA, Terezinha Elisabeth; PINHEIRO, Marta Machado Kerr. Políticas de informação no âmbito do ENANCIB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Thesaurus, 2011. p. 1627-1642.

SILVA, Terezinha Elisabeth; TOMAÉL, Maria Inês. Política de informação: tendências internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: PPGCI/UFPB; ANCIB, 2009. p. 1473-92.

Rosângela Ramsdorf Zanetti; Terezinha Elisabeth da Silva
Regime de Informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* e para atendimento à avaliação da Capes.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Relatório de auto-avaliação institucional.** Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/cpa/Relatorio_CPA_30MAR11.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

Title

Information system: contributions to implement institutional policies of development of *stricto sensu* Postgraduate and for the compliance with of Capes

Abstract

Introduction: The evaluation of graduate programs conducted by Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) for over 35 years, based on information collected from the programs themselves, constitutes an important government policy to promote the development graduate studies and research in science and technology in Brazil.

Objectives: To identify and analyze the information regime adopted in the process of evaluating the programs of post-graduate studies at UEL, as well as the elements that compose them in order to improve the information process of Capes and provide subsidies for planning of the institutional policies of development of the post graduate, scientific production and technological in the institutional context.

Methodology: The research used as qualitative strategy of investigation an interview script that enabled us to identify and characterize the information system in the evaluation process, its elements and the possible interferences to the development of programs in this context.

Results: The information regime in the process of evaluating the programs of post-graduate studies at UEL is characterize as following: "actors" that interact with one another, using "resources" to search and treatment of information necessary to the evaluation process, that through "channels" disseminate the products and results that, in turn, generate several "messages", with different levels of understanding and action.

Conclusion: To provide for academic and administrative managers some substantial data and reflections in order to improve information management, to establish policies that contribute to the development of *stricto sensu* postgraduate and activities, as well as the evaluation process of Capes.

Keywords

Information System. Information Management. Information Policy. Capes Evaluation. *stricto sensu* Postgraduate Programs at UEL.

Título

Sistema de información: contribuciones para implementar políticas de desarrollo institucional de Postgrado *strictu sensu* y para atendimento a la evaluación de Capes

Resumen

Introducción: Se refiere a un estudio llevado a cabo junto a los coordinadores del programa de estudios de postgrado en UEL, a fin de apoyar políticas de desarrollo institucional de postgrado y

Rosângela Ramsdorf Zanetti; Terezinha Elisabeth da Silva

Regime de Informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* e para atendimento à avaliação da Capes.

del proceso de evaluación, coordinada por la Capes, basado en el concepto de sistema de información.

Objetivo: Identificar el régimen de información adoptado en el proceso de evaluación de los programas de posgrado *stricto sensu* de la UEL, así como los elementos que los componen, con el reto de obtener la mejoría del proceso de información de la Capes y subsidios para planear las políticas institucionales de desarrollo del posgrado, de la producción científica y tecnológica en ámbito institucional.

Metodología: La investigación de carácter aplicado utilizó como estrategia de investigación cualitativa, un guión de entrevista que permitió identificar y caracterizar el sistema de información presente en el proceso de evaluación, sus elementos, así como las posibles interferencias para el desarrollo de los programas de ese contexto.

Resultados: El régimen de información en el proceso de evaluación de los programas de posgrado *stricto sensu* de la UEL se caracteriza de la siguiente forma: “Actores” que interactúan entre sí, utilizándose de “recursos” para la búsqueda y el tratamiento de las informaciones necesarias al proceso de evaluación y que, por el intermedio de “canales”, diseminan los productos y los resultados que, por su parte, generan “mensajes” diversos, con diferentes niveles de comprensión y de actuación.

Conclusiones: Presentan subsidios y reflexiones a los gestores académicos y administrativos para una mejor gestión de la información, para el establecimiento de políticas de desarrollo de los programas y actividades de postgrado *stricto sensu* y para el proceso de evaluación.

Palabras clave: Sistema de Información. Gestión de la Información. Política de la Información. Evaluación de la Capes. Programa de Postgrado *stricto sensu* de UEL.

Recebido em: 15/12/2012

Aceito em: 15/01/2013